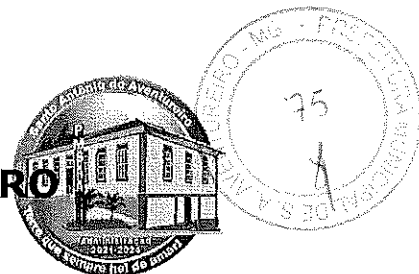




**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**
CNPJ: 17.710.476/0001-19



PARECER JURÍDICO

“REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO NA ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS, COM A AQUISIÇÃO DE 12 EXTINTORES, 60 PLACAS DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTE, ALÉM DE 12 DEMARCAÇÕES DE PISO E17, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, ACOMPANHAMENTO/VISTORIA, EMISSÃO DE TAXAS E INSTALAÇÃO DOS EXTINTORES E PLACAS DE SINALIZAÇÃO COM A EMISSÃO DE ART- Dispensa de Licitação”

Por determinação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, o servidor Mateus Silva Rocha, Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Santo Antonio do Aventureiro, consulta-me, expressamente, acerca da possibilidade de se realizar **serviços de prevenção contra incêndio na Escola Municipal de São Domingos, com a aquisição de 12 extintores, 60 placas de sinalização fotoluminescente, além de 12 demarcações de piso E17, assistência técnica, acompanhamento/vistoria, emissão de taxas e instalação dos extintores e placas de sinalização com a emissão de ART**, a fim de atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação do Município, mediante Dispensa de Licitação.

Acompanhando a consulta estão a Proposta e Documentação da empresa Minas Gerais Materiais de Combate à Incêndios Ltda. - ME, propostas das empresas Segbem Material de Segurança e Combate a Incêndio Ltda. - ME e Neilton Domiciano Macedo - ME, além da Solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

Diante disso, transcrevo o seguinte dispositivo da Lei Federal 8.666/93 e do Decreto nº 9.412/2018:

LEI FEDERAL 8.666/93.

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.

DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**
CNPJ: 17.710.476/0001-19



(...)

Começo evidenciando que a Constituição determina que a obtenção de bens e serviços pela Administração Pública deverá ser antecedida, em regra, de licitação, um procedimento preliminar formal, isonômico e vinculado, voltado ao atendimento do interesse público e à escolha da proposta mais vantajosa, no entanto, a Lei Federal 8.666/93 (Lei Geral de Licitações e Contratos Públicos) autorizou hipóteses em que a realização da competição poderá ser dispensada através de contratações diretas.

Observa-se que as exceções ao princípio da obrigatoriedade de licitar estão regulamentadas pela Diploma legal acima citado, em seus artigos 24 e 25, podendo se dar por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

A dispensa de licitação, será possível, portanto, quando, embora possível a realização de procedimento licitatório, o mesmo não seja viável, autorizando a lei que o servidor não promova a licitação. Isso quer dizer que a autorização prevista no art. 24 não possui força vinculativa ao administrador, cabendo a este a escolha de realizar ou não procedimento de licitação no caso concreto.

Entretanto, em que pese a liberdade concedida, para que o Estado possa valer-se da dispensa de licitação é necessário que haja expressa previsão legislativa. Não por outra razão é que o art. 24 da Lei Federal 8.666/93 traz um rol taxativo de trinta e cinco situações em que é dispensável a realização de certame licitatório, hipóteses essas que não admitem interpretações extensivas para que a obrigação de licitar seja afastada.

Com efeito, o critério adotado pela lei, para estabelecer a hipótese de dispensa de licitação é finalística, atendida a finalidade legalmente posta, possível será a contratação direta. O legislador se escusou, portanto, de enumerar o que poderia ou não ser contratado, possivelmente por compreender que, diante da situação concreta, imprevisíveis são as medidas que se farão necessárias para a sua solução, sendo mais eficiente indicar o que se propõe a habilitação legal para dispensa da licitação, do que indicar, exaustivamente, o que poderá ser contratado.

Observa-se que a referida contratação tem por base atender a necessidade do Município quanto ao cumprimento de exigências legais quanto às normas de segurança contra incêndios, além de cumprir determinação legal, conforme Ação Civil Pública Cível (Processo nº 5000247-47.2019.8.13.0015), dando, assim, maior segurança aos alunos e servidores municipais que ali estudam e trabalham.

Então, como o valor desta contratação é de R\$ 7.215,00 (sete mil duzentos e quinze reais), conforme proposta já mencionada anteriormente, valor este inferior ao limite previsto no inciso anteriormente descrito, ou seja, inferior a 10% (dez por cento) de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), limite este que caracterizaria a confecção de procedimento diverso depois do advento da publicação do Decreto 9412/2018, não há a obrigatoriedade de se confeccionar procedimento licitatório.

Salienta-se, que a firma Minas Gerais Materiais de Combate à Incêndio Ltda. ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.151.305/0001-83, no valor total de R\$ 7.215,00 (sete mil duzentos e quinze reais); Segbem Material de Segurança e Combate a Incêndio Ltda. - ME inscrita no CNPJ sob o nº 15.208.557/0001-90, no valor total de R\$ 8.800,20 (oito mil oitocentos reais e vinte centavos); e, Neilton Domiciano Macedo - ME inscrita no CNPJ sob o nº 31.654.800/0001-50, no valor total de R\$ 10.801,00 (dez mil oitocentos e um reais).

Registra-se que a empresa Minas Gerais Materiais de Combate à Incêndio Ltda. - ME apresentou os seguintes documentos: Última Alteração Contratual com a Consolidação do Contrato Social, Identidade dos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**

CNPJ: 17.710.476/0001-19



sócios, CNPJ, CRF do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal, além da Declaração de que Não Emprega Menor, demonstrando, assim, sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista.

Observando-se tudo que já foi exposto se vê claramente que os princípios gerais que regem a Administração como o da legalidade, da sustentabilidade ambiental, da economicidade, da isonomia, da moralidade, da impessoalidade e o da supremacia do interesse público, aqui são amplamente respeitados.

Assim, firmo este parecer favorável à dispensa de licitação para a realização de serviços de prevenção contra incêndio na Escola Municipal de São Domingos, com a aquisição de 12 extintores, 60 placas de sinalização fotoluminescente, além de 12 demarcações de piso E17, assistência técnica, acompanhamento/vistoria, emissão de taxas e instalação dos extintores e placas de sinalização com a emissão de ART, com a empresa Minas Gerais Materiais de Combate à Incêndio Ltda. – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.151.305/0001-83, com sede à Rua João Dias Neto, nº 38, Loja 3-A, Vila Reis, em Cataguases - MG, em razão de ser a melhor proposta apresentada, com o valor total de R\$ 7.215,00 (sete mil duzentos e quinze reais), o que faço, com fulcro no art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.

É o meu parecer, s.m.j.

Santo Antonio do Aventureiro - MG, 30 de abril de 2021.



JOSÉ AUGUSTO DE FARIA SCHMIDT – OAB/MG 156.965
Assessor Jurídico